

## **Avaliação da Influência da Mídia, no receptor, sobre as mudanças políticas de 1964, em Belém<sup>1</sup>**

Paulo Roberto Ferreira<sup>2</sup>  
Faculdades Integradas Ipiranga, Belém, PA

### **RESUMO**

O presente artigo aborda o tema Avaliação da Influência da Mídia, no receptor, sobre as mudanças políticas de 1964, em Belém, capital do Pará. A pesquisa realizada em 2011 teve como objetivo a obtenção do grau de mestre, pela Universidade de Évora, Portugal, no curso de Ciência da Educação – Avaliação Educacional. A investigação procurou conhecer as representações de cidadãos, a respeito do papel dos meios de comunicação sobre a ruptura política que aconteceu naquele ano. O estudo de caráter qualitativo foi desenvolvido através de entrevistas individuais semiestruturadas e serviu para demonstrar que a mídia foi uma forte referência na percepção das pessoas a respeito da implantação da ditadura militar no Brasil. A pesquisa relevou também que o discurso político estava presente nos jornais impressos e nos diálogos dos grupos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Avaliação; Influência da Mídia; Comunicação Social; História da Mídia.

### **INTRODUÇÃO**

A produção dos operadores da mídia é bastante ampla, mas nem sempre o emissor de uma mensagem tem a percepção clara do efeito que o conteúdo do seu discurso pode causar no receptor, quando utiliza os meios de comunicação de massa.

Nosso ponto de partida é que o emissor é um agente ativo, capaz de captar, interpretar, reagir, ressignificar e retransmitir a mensagem inicial ou parte dela, que surgiu o interesse em estudar e avaliar a influência da mídia naquele para quem a comunicação se destina, tendo como referencial um determinado momento histórico.

A educação, com seus instrumentos e ferramentas, é o ponto de largada do nosso caminhar, para avaliarmos o processo educativo do cidadão, que passa por uma forte

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo Temático Historiografia da Mídia, que integra o 2º Encontro Regional Norte de História da Mídia e 2º Seminário de História, Cultura e Meios de Comunicação na Amazônia, realizados na Universidade Federal do Pará, nos dias 12 e 13 de novembro de 2012.

<sup>2</sup> Jornalista, professor e mestrando da Universidade de Évora.

intervenção dos demais atores sociais que com ele convivem e interagem no mundo concreto em que vive.

Como nos ensina Manuel Patrício (PATRÍCIO, 1983), há mais educandos fora da escola formal do que dentro dela. E instituições que não têm como função social a educação o fazem mais e tão bem como aquelas a quem a sociedade delegou esse papel. A Mídia é uma dessas instituições que, para o bem ou para o mal, interfere na formação do cidadão.

Porém a educação tem que ter um caráter emancipador, libertário, que não se afirma num processo autoritário. O conhecimento tem que circular num processo de mão dupla, onde o cidadão, como o aluno da escola formal, não é uma folha de papel em branco a ser preenchida, por quem se acredita detentor exclusivo do saber.

O trabalho educativo é um caminhar sem fim. E o nosso caminhar exige finalidades, metas e objetivos. Entender a ação da mídia como parte dessa evolução educativa deve ser uma preocupação de todos aqueles que se debruçam a pensar os desafios pedagógicos numa sociedade pós-moderna, que vive a era da informação.

Desta forma, justifica-se o nosso interesse, como professores da disciplina História do Jornalismo, em avaliar a influência da mídia sobre o cidadão que viveu o processo de ruptura política ocorrida no Brasil, em 1964, na cidade de Belém, região Norte do país.

### ***Objetivos da Investigação***

O nosso objetivo geral foi o de avaliar a influência da mídia sobre o cidadão, a respeito das mudanças políticas ocorridas no Brasil, em 1964, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, no norte do país. No sentido de assegurar a operacionalização desse objetivo macro, determinamos como objetivos específicos os seguintes itens:

- 1- compreender se as mensagens das emissoras de rádio, televisão, jornais, revistas e outras mídias contribuíram ou não na preparação do cidadão para a mudança política que ocorreu, a partir de abril de 1964, em Belém (Pará);
- 2- avaliar qual/quais a(s) mídia(s) foi/foram mais eficaz(es) na veiculação das notícias sobre as mudanças políticas de 1964;
- 3- entender como o receptor captou as mensagens da mídia sobre a mudança do regime constitucional brasileiro em 1964;
- 4- conhecer quais as percepções do receptor a respeito das mensagens sobre o regime vigente antes de 1964;
- 5- identificar os meios coletivos de informação do cidadão;
- 6- compreender as estratégias das mídias na veiculação das mensagens;

- 7- identificar como as mensagens circulavam entre as pessoas e as suas ressignificações;
- 8- conhecer o que o receptor reteve na memória em termos de percepções e signos das mudanças ocorridas a partir de 1964, no Brasil.

### Quadro conceitual

A mídia, em qualquer parte do mundo, cumpre um papel na educação/formação da população, de um povoado, cidade, estado, país. Faz parte daquilo que Louis Louis Althusser chama de aparelhos ideológicos do Estado: a escola, a família, a religião, clubes, sindicatos. Embora não tenham como missão a educação formal, provocam algum tipo de interferência na vida do cidadão, dentro de circunstâncias socio-históricas.

A educação é um processo que envolve vários atores sociais. Manuel Patrício nos diz que:

É assim que os pais e os professores são encarados como os principais educadores das crianças e jovens. É certo, no entanto que os artistas, os filósofos, os idealistas, os santos, os profetas, os sábios, os jornalistas e publicistas em geral, os dirigentes e ativistas políticos, os militantes sociais, as grandes estrelas desportivas e artísticas, etc., exercem uma influência tão extensa e tão profunda sobre a maneira de sentir, de pensar, de ser e de agir de tão largos milhões de pessoas que têm de fato uma intervenção importante na modelação da sua personalidade e, por conseguinte, no processo do seu desenvolvimento educativo. (PATRÍCIO, 1983, p. 91)

A educação leva-nos a refletir que “cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros”, como nos ensina Paulo Freire (FREIRE, 1992, p. 26). E a evolução do ser humano se deu graças a milênios de educação, aprendizado e ensino, conforme Manuel Antunes, que afirma que a educação é um fato, uma necessidade e um dever (ANTUNES, 1973).

Esse longo caminhar da humanidade é feito de conquistas. E uma das mais importantes aquisições do homem civilizado ocorreu através da educação, desde a sua mais ampla até a mais restrita concepção. Segundo Antunes,

as maiores revoluções na marcha multimilenária da humanidade surgem como fruto tanto do saber e da experiência, acumulados e transmitidos, como do esforço intencionado e intencional do homem para a si mesmo se identificar, se afirmar, se disciplinar e se desenvolver. (ANTUNES, 1973, pp. 40,41)

O autor sintetiza que “para melhor e para o pior, estamos fatalmente ligados às ‘circunstâncias’ geográficas, étnicas, social e histórica em que fomos formados ou nos estamos a formar (ANTUNES, 1973, p.48).

Em qualquer espaço físico do planeta Terra, o homem vive um intenso processo de busca, de intervenção, de afirmação da sua presença num momento histórico determinado, como nos diz Paulo Freire: “Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da História.” (FREIRE, 1966, p. 54)

Desde o momento em que o homem passou a viver em comunidade, sentiu a necessidade de estabelecer relações de trocas, de contar o que via a outra pessoa e receber uma resposta. Começava ali o longo processo de intercâmbio entre os seres pensantes. Surgia, desse modo, “o primeiro elo de uma cadeia de códigos e símbolos que foram sendo transmitidos ao longo do tempo, das mais diferentes maneiras, e que se constituiu o início da história da comunicação” (GONTIJO, 2004, p. 14).

A evolução humana articulou um arsenal de informação com base na memória social que foi transmitida de geração para geração. E essa memória coletiva não é só uma conquista, mas também “instrumento e objeto de poder” (GOFF, 2003) que precisa ser amplamente socializado:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para liberação e não para servidão do homem. (GOFF, 2003, p. 471)

Uma das maiores conquistas da humanidade foi a linguagem oral. E a oralidade foi impulsionada, ao longo do tempo, com a evolução da habilidade de pensar, de refletir e analisar todo tipo de informação com que o homem se defrontava, interagira e formulava. “Cada um foi meio, mensagem, emissor e receptor” (GONTIJO, 2004).

A arqueologia e a antropologia nos revelam que a trajetória humana foi marcada pelo processo de ação e reação com seus pares e com o seu contexto social e ambiental. De forma isolada ou em grupo, o indivíduo desenvolveu suas habilidades para produção de peças, artefatos, tecnologias, mas também ideias, crenças, valores e hábitos próprios ou adquiridos.

Essa herança cultural foi sendo gradativamente acumulada, na medida em que o homem alarga os seus horizontes físicos, com a ampliação das trocas de objetos e mercadorias; com a descoberta de novos caminhos; novas rotas; novas formas de transmissão das mensagens, que passam a percorrer estradas, rios, mares, novos lugares, cidades e continentes.

O ser humano passou a domesticar, criar, cultivar, transformar. O conceito de cultura desloca-se da “esfera agrícola para o processo do desenvolvimento humano, do cultivo de grãos para o cultivo da mente” (THOMPSON, 2009, p. 167). O acúmulo cultural e a incorporação de novos valores vão ampliando cada vez mais as perspectivas da humanidade em todos os campos do conhecimento.

A voz humana era utilizada para comunicar aos súditos as decisões dos nobres e monarcas, através dos arautos, espécies de mensageiros oficiais. Os menestréis e trovadores produziam e divulgavam poemas e contos, que eram narrados nas feiras, nas praças, mercados, nas encruzilhadas das estradas, nas aldeias, em diversos locais públicos. Da mesma maneira, o teatro mambembe ou itinerante afirmava ideias ou satirizava as cortes medievais. Foram formas de expressão do pensamento, divulgação e propagação das novidades, costumes, insatisfações que se espalhavam nas terras conhecidas e foram transportadas para os novos mundos de além mar.

Da oralidade à escrita foi um grande percurso. A necessidade de contar, de contabilizar a produção de grãos ou a quantidade de animais levou o homem a buscar formas de representação desses haveres. Essa intenção de registrar está ligada ao imprescindível desejo de lembrar, de recordar. As fichas de barro, *os tokens*, “de diferentes formatos e gravações são as precursoras da escrita” (GONTIJO, 2004).

Do alfabeto ao livro, a cultura da escrita expandiu-se. As narrativas orais passaram a ser registradas na forma escrita que, por sua vez, utilizou vários suportes, como o couro, o pergaminho, o linho e depois o papel. Os textos sagrados foram espalhados e sendo traduzidos do hebraico para o grego, do grego para o latim e do latim para as línguas nacionais.

A partir do século XVII, “o contexto religioso do letramento é visível principalmente na Europa protestante” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 41), como aconteceu na Suécia, onde predominavam os seguidores de Lutero. Todos os anos a Igreja fazia exames para avaliar o nível de leitura de cada membro da família, bem como o nível de conhecimento do catecismo.

Outra forma de exercício e utilização da escrita ensejou o aparecimento daquilo que alguns autores chamam de “escritor público”, ou seja, pessoas que escreviam cartas nas ruas para pessoas iletradas que desejavam se corresponder com parentes, amigos, namorados e até fazer negócios. Esses intermediários ajudaram muita gente a escapar do recrutamento militar na Finlândia, no século XVIII. Quem servia de escrivão aos camponeses analfabetos era o padre da aldeia.

A leitura não se desenvolveu em uma só direção, a extensão. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir os seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir. (DARNTON, 1992, p. 212)

Antes mesmo de serem impressos, liam-se livros manuscritos (copiados à mão), nas bibliotecas, nos cafés e outros locais públicos. Esses livros foram transportados nos navios para os continentes americano, asiático, africano e para países europeus.

Evidentemente que a evolução dos instrumentos de comunicação não ocorreu de maneira igual em todos os lugares e para todas as comunidades. Enquanto em muitas capitais da Europa e nas sedes das colônias as mensagens escritas percorriam os ambientes da população letrada, em muitos lugares, as formas de comunicação da população eram as mais variadas.

Os sinais de fumaça e ou som do tambor ou da flauta, o toque do sino ou som do berrante representavam códigos e signos que simbolizavam os diversos estágios de produção, transmissão e recepção das mensagens que, em alguns casos, conviviam e se completavam com os novos formatos de intercâmbio das informações.

Opiniões sobre algumas questões cruciais, a respeito de determinadas conjunturas, foram defendidas através da mídia, bem como lançadas campanhas em defesa ou contra alguma ação política, que acabaram nas páginas dos jornais e/ou reverberaram pelas ondas do rádio ou do sinal da televisão, para muito além de um interlocutor específico. A intenção do emissor sempre foi alcançar dezenas, centenas, milhares, milhões de receptores. Mas nem sempre houve uma preocupação em avaliar o percurso dessa mensagem e como ela chegava ao seu destinatário.

Muitos fatos históricos ocorreram sem que significativas parcelas da população se apercebessem ou tomassem conhecimento, no momento do desenrolar dos acontecimentos. Essa exclusão da maioria da população ocorreu tanto na transição do Brasil Colônia para o Brasil Império, quanto na passagem do império para a república. “O povo assistiu aquilo bestializado”, foi a reação do jornalista Aristides Lobo, em 18 de novembro de 1889, quatro dias depois da proclamação da República no Brasil.



## Receptor, um agente ativo

A partir da primeira metade do século XX, as pesquisas de opinião pública passaram a ser utilizadas em questões pontuais. Alguns levantamentos sobre o nível de audiência dos meios de comunicação passaram a ser aceitos sobre os efeitos do alcance das mensagens. As pesquisas de opinião serviram para balizar, sobretudo, os rumos das campanhas publicitárias veiculadas através dos meios de comunicação de massa. E mais recentemente sobre a credibilidade de políticos, instituições e os próprios meios de comunicação. Mas tudo dentro de uma perspectiva mercadológica e muito mais em termos quantitativos do que qualitativos.

Esse tipo de retorno, entretanto, ainda é muito insuficiente para dar conta da diversidade de receptores, assim como a pluralidade de mensagens destinadas aquele que foi sempre tratado como um polo passivo da comunicação, o receptor. Durante muito tempo prevaleceu a concepção de caráter linear, em que o polo ativo, onde se concentrava todo o poder, era o emissor da mensagem, que tanto poderia ser o texto nos veículos impressos, como os livros, jornais, revistas, boletins, literatura de cordel, ou noticiários via rádio e televisão.

Essa visão de mão única e autoritária da comunicação exclui o diálogo, já que o receptor não é levado em conta como um polo fundamental no processo de interação, que é da essência da comunicação. Martin-Barbero defende que a ruptura com esse paradigma mecanicista ocorre a partir das mediações no campo da cultura:

Não se pode entender o que se passa culturalmente com as massas sem considerar a sua experiência. Pois, em contraste com o que ocorre na cultura culta, cuja chave está na obra, para aquela outra a chave se acha na percepção e no seu uso. (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 72)

Essa concepção que admite a negociação dos sentidos contidos nas mensagens reflete um conceito gramsciano de hegemonia, o que

significa que, para obtenção da hegemonia, é necessário que esses discursos (e as práticas correspondentes) sejam percebidos como desejáveis, significativos e encontrem ressonância nos diferentes segmentos sociais. (MENDONÇA, 2006, p. 34)

Mesmo que a comunicação não ocorra face a face, o receptor é um agente ativo, com valores, sentimentos e um acúmulo cultural que lhe permite processar uma mensagem de acordo com uma variedade de códigos e signos próprios da sua individualidade.

E como as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação de massa atingem uma variedade de pessoas, com diferenças etárias, culturais, étnicas, religiosas, políticas, sociais e econômicas, evidentemente que nem sempre essas mensagens têm o mesmo efeito e sentido para cada indivíduo, de acordo com os autores do artigo “Mediações sociais e práticas escolares”.

Quando nos acostumamos, muitas vezes de forma estereotipada, a configurar esses meios como poderosos na constituição do imaginário social, na decisão eleitoral no apassivamento das consciências, na uniformização da capacidade crítica e seletiva de jovens, como que generalizando causas e efeitos, esquecemos, na verdade, as diversas situações e posições de vida, das formas de acesso tecnológico, das motivações étnicas, etárias, tecnológicas, além das condições econômicas e dos diferentes gêneros e linguagens do próprio *medias*, em si mesmo plurais, que constituem uma imensa rede mediações que marcam a relação da sociedade com os *media* (LEITE, GIOELLI, MATHIAS, & SOUZA, 2006, p. 122).

Para Thompson, o “desenvolvimento da comunicação de massa, e, especialmente, dos meios eletrônicos, tem enormes consequências para a propagação e difusão dos fenômenos ideológicos”. E “as formas simbólicas, transmitidas via comunicação de massa são, muitas vezes, recebidas em contextos da vida cotidiana e incorporadas ao conteúdo simbólico da interação social” (THOMPSON, 2009, p. 343).

Mas não é tão simples e linear a relação do cidadão com os meios de comunicação de massa. Os discursos sociais não contêm apenas conhecimento ideologizado, transmitidos pelos meios de comunicação. O sujeito da recepção tem condições potenciais de interpretar e reinterpretar as mensagens e retransmitir para outros receptores os ressignificados daquilo que captou e processou.

Ele não interage com o texto por um processo ficcional linear; interage, antes com outros sujeitos, saberes e imaginários – no que se evidencia a sua experiência de sujeito e, também a condição de que, sendo a comunicação humana um fenômeno aberto, todo discurso é sempre susceptível de múltiplas leituras. (NETO, 1995, p. 202)

Todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto a sua enunciação, diz Milton José Pinto, ao citar a análise do discurso: “ele é sempre um tecido de ‘vozes’ ou citações, cuja autoria fica marcada ou não vinda de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado” (PINTO, 2002, p. 31). Está contida nessa concepção o conceito de polifonia de Mikhail



Bakhtin, que por sua vez encerra a noção de dialogismo, ou seja, as relações instituídas entre um sujeito (emissor) e os diversos outros sujeitos (receptores).

Portanto, esse entrelaçamento entre atores sociais é que permite afirmar, como o faz Cleudemar Alves Fernandes, que “um discurso constitui-se de outros discursos e sofre (trans)formações da História” (FERNANDES C. A., 2008, p. 32).

## **METODOLOGIA**

Esta investigação teve como seu principal objetivo procurar avaliar a percepção do receptor midiático, de Belém, capital do Estado do Pará, a respeito dos fatos que antecederam a mudança do regime político no Brasil, em 1964, de acordo com o que está explicitado na introdução deste artigo.

Entre os objetivos específicos, este estudo deseja compreender se as mensagens das emissoras de rádio, televisão, jornais, revistas, cinema e outras mídias contribuíram ou não na preparação do cidadão para a mudança política que ocorreu no período em análise; avaliar quais as mídias mais eficazes na veiculação das notícias sobre os fatos citados anteriormente; entender como o receptor captou as mensagens da mídia sobre a mudança do regime constitucional brasileiro na década de 60, do século passado; conhecer que percepções a respeito do regime existente antes da ruptura política chegavam ao receptor das mensagens; identificar como as mensagens circulavam entre as pessoas e as suas ressignificações; e conhecer o que o receptor reteve na memória, em termos de percepções e signos das mudanças ocorridas a partir de 1964, no Brasil.

A natureza do tema, que privilegia a memória histórica dos participantes da investigação, nos levou a optar por um estudo qualitativo, considerando o mundo dos significados, já que “a pesquisa qualitativa ocupa-se do universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes” (MINAYO, DESLANDES, & GOMES, 2010, p. 21).

Como já foi referido no Quadro Conceitual, esta investigação utilizou, também, como método de interpretação dos textos, tanto das entrevistas como das notícias publicadas em jornais impressos, a Análise do Discurso, uma ferramenta bastante pertinente à análise dos sentidos do discurso jornalístico. “O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (LAGO & BENETTI, 2008).

O trabalho empírico foi realizado junto a um grupo de 17 cidadãos, que residiam nos principais bairros da cidade, antes do período objeto deste estudo.

### *Estudo de Caso*

Na definição de Robert Yin o estudo de caso é uma pesquisa empírica que avalia um fenômeno contemporâneo na sua profundidade e em seu ambiente de vida real, especialmente quando não há clareza definida entre as fronteiras do fenômeno e do contexto. Permite também trabalhar:

(...) com muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e análise dos dados. (YIN, 2010, p. 41)

Apesar do aumento da sua utilização nas ciências sociais, existem muitas restrições sobre o emprego do estudo de caso. Uma delas é a falta de rigidez na fixação de procedimentos metodológicos, que poderia levar ao estreitamento da investigação, o que certamente comprometeria a qualidade dos resultados. No entanto, os desvios não são privilégios dos estudos de caso, pois podem ocorrer em qualquer tipo de modalidade de investigação científica. Assim, como refere Gil, “o que cabe propor ao pesquisador (...) é que redobre seus cuidados tanto no planejamento quanto na coleta e análise dos dados para minimizar os efeitos dos vieses” (GIL, 2002, p. 54).

### *Métodos de Recolha de Dados*

Para a realização desta investigação escolhemos os seguintes métodos: a entrevista semiestruturada e análise de documentos publicados em periódicos que retratam o noticiário diário, referente ao período que antecedeu a mudança do regime político no Brasil. Essas publicações circulavam em Belém e eram vendidas nas ruas e nas bancas de revistas.

### **RESULTADO DA PESQUISA**

O estudo realizado junto a 17 atores sociais nos revelou que a mídia parece ter sido uma referência fundamental na percepção em torno das mudanças políticas ocorridas em 1964, no Brasil. Todos reconhecem que os veículos de comunicação de massa têm influência na educação do leitor, ouvinte, telespectador e internauta, em graus diferenciados, conforme foi objeto da primeira questão do inquérito.

O rádio foi o meio mais citado pelos entrevistados, seguido do jornal impresso, da televisão e do cinema. E o acesso a esses veículos ocorria com uma frequência diária, no caso do rádio e da televisão; e semanal, no caso dos jornais e cinema. As principais áreas de interesse, como ficou evidenciado no estudo, foram o entretenimento, a política e o noticiário em geral. No item entretenimento, as novelas (sobretudo a radionovela) foram bem citadas pelos inquiridos.

Os locais de acesso à mídia eram a residência e as bibliotecas. E eventualmente o local de trabalho, pois alguns citaram que levavam o aparelho de rádio para o espaço profissional, ou o próprio local da ocupação tinha o rádio como atração da clientela, como era o caso das mercearias da época.

A linguagem utilizada pelos meios de comunicação foi identificada, pela maioria dos entrevistados, como explícita, mas alguns citaram e deram exemplo que os comunicadores usavam mensagens disfarçadas para tratar das questões políticas que estavam em curso.

Muitos atores sociais revelaram que perceberam as mudanças políticas associadas ao elevado preço das mercadorias, às manifestações sindicais, como greves e atos de protestos. Outros consideraram que a população era muito desinformada e que a ruptura que resultou no afastamento do presidente da República foi um tema que despertou pouco interesse nas pessoas.

Mas a justificativa da mídia, identificada pela maioria dos entrevistados, foi que o afastamento do presidente da República decorreu do alinhamento do seu governo com os ideais socialistas e comunistas. Para uma parcela dos inquiridos na investigação, o noticiário apontava que o Brasil caminhava para se transformar numa “república sindicalista”; que João Goulart era a favor de Fidel Castro e da Revolução Cubana; e que o golpe militar aconteceu para “salvar o país do regime comunista”. Vejamos algumas respostas dos entrevistados:

A justificativa que a gente ouvia era se não houvesse aquela tomada de posição dos militares, os comunistas iam tomar o poder. Tanto que a imprensa, aqui, apoiou aquela marcha de Deus com a família, que fizeram lá pro sul. Aqui, a imprensa, de um modo geral, apoiou o movimento militar, sim. Não só por uma questão ideológica, mas também por interesses financeiros. A imprensa daqui é muito dependente dos órgãos do governo (E8).

O meu cunhado sempre falava que os comunistas iam tomar o poder. Até hoje meu marido tem medo dos comunistas. Eu escutei muitas vezes que o Brasil ia se tornar um país comunista. Ficou meio sem freio. As mercadorias eram vendidas pelo preço que queriam e a gente pra ganhar alguma coisa tinha que aumentar. As pessoas reclamavam da carestia (E9).

A justificativa é que precisava acabar com o comunismo, que queria entregar o País à Rússia e à Cuba. E acabar com a corrupção. O povo foi induzido a acreditar nisso (E11).

Não há consenso, contudo, na avaliação sobre o apoio da população em relação ao governo e à oposição da época. Para alguns entrevistados, havia uma divisão entre os que eram contra e os que defendiam João Goulart.

A análise global da investigação nos remete para o entendimento de que, embora o receptor da mensagem midiática seja um agente ativo no processo da comunicação, o ambiente criado naquela conjuntura política, anterior a abril de 1964, favoreceu uma forte assimilação e reprodução do discurso de desconstrução do governo João Goulart.

Serve de exemplo, daquele ambiente político, o artigo publicado na coluna “Panorama Nacional”, na primeira página do jornal “Folha do Norte”, sob o título “Nos domínios da perversão”, assinado por Augusto Meira, advogado, professor de direito em Belém e ex—deputado, que descendia de família tradicional do setor canavieiro do Rio Grande do Norte:

É estupefaciente. As últimas notícias dos jornais referindo-se à pretensão depredadora de expropriações à margem das estradas de ferro, dão conta de que essa abjeção pretende estender-se a uma faixa de dez quilômetros. É de estarrecer. As propriedades marginais, raro terão tão demarcada extensão. Desse modo ficariam todas absorvidas por esse satanismo cruel. Como é que se cogita de tais coisas verdadeiramente aberrantes, nas altas esferas do governo deste país atormentado? Como é que se está a perder tempo que podia ser empregado em trabalhos úteis, com tão sinistras veleidades? Se a expropriação deve ser sempre uma coisa muito limitada e excepcional, em benefício de um interesse público e só de uma *necessidade pública, como é que se chega a tão incrível audácia?* (FOLHA DO NORTE, 01/01/1964, p.1).

Na mesma linha seguiam as manchetes dos outros jornais da época:

Infiltração comunista no sul da Bahia é motivo de preocupação de deputados (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 07/11/1963 p. 1).

Guerrilheiros importados para comunizar o Brasil (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09/11/1963, p.1).

Comunistas perseguem católicos na Guanabara (FOLHA VESPERTINA, 12/03/1964, p.1).

Na U.A.P. funcionava o quartel da subversão (O LIBERAL, 03/04/1964, p.1).

A pesquisa revelou, também, que o discurso dos líderes da oposição, que chegaram aos entrevistados, majoritariamente, pelas emissoras de rádio, também estava presente nos

textos publicados na mídia impressa, de acordo com o cotejo entre as falas dos participantes e o material publicado nos jornais diários de Belém, de onde se deduz que havia uma circularidade do discurso, mas sem perder de vista que todo discurso pressupõe um diálogo entre o emissor e o receptor, através de um canal de comunicação e que a retransmissão ou negação da mensagem passa pelo filtro cultural do receptor.

Também é possível inferir que as mensagens, uma vez recebidas, e processadas, podem ser retransmitidas para outros contextos, através das frequentes vivências de relatos e repetidas narrações, que comportam interpretações, críticas e ressignificados. De tal maneira que, em determinados momentos, o discurso do outro recebe bastantes interferências. E novos significados se transformam num novo discurso, numa nova mensagem, ainda que referenciada numa determinada conjuntura histórica.

A teoria da recepção explica a complexidade social como parte de um conjunto de procedimentos que incluem a diversidade da vida coletiva e os múltiplos fóruns de avaliação e decisão que interferem no dia a dia na formação do indivíduo e nas suas formas de interagir com o outro e com o mundo.

É importante levar em consideração que uma avaliação do cidadão, como a avaliação de um estudante, implica compreender o processo e as condições objetivas de ensino e aprendizagem. Na suposição de que o conhecimento (a informação) seja transmitido de forma impositiva, como um professor que age como o dono do saber, sem admitir o diálogo, a troca de experiência, o feedback dos alunos, evidentemente que esse processo de formação está comprometido e representa um caráter autoritário, que não acredita no aluno como parte do processo de construção do saber.

Do mesmo modo, poderíamos inferir que, numa sociedade em que os espaços do exercício de cidadania inexistem ou estão bloqueados, a possibilidade plena do cidadão de receber uma mensagem midiática e não contar a possibilidade de estabelecer contrapontos, interatividade, pode resultar numa visão distorcida da realidade, bem diferente de um período democrático em que os fóruns de debates, discussões, interpretações e de críticas estão presentes numa sociedade em constante avaliação e reavaliação das suas ações.

Portanto, necessário se faz reconhecer a mídia como um ator influente na formação cultural do cidadão, sobretudo quando os produtos, as suas mensagens, sejam capazes de assegurar a diversidade das ideias e a pluralidade das opiniões.

Atualmente, a presença da mídia tanto na vida do cidadão, como na do estudante é cada vez maior. A circulação das notícias, através dos suportes, como os computadores e a

rede mundial de computadores, e que se encontram dentro da sala de aula, estão a interferir nos sistemas de ensino e aprendizagem e poderão modificá-los ainda mais.

Esse desafio posto aos educadores, sobretudo na forma de avaliação do processo de aprendizagem, aponta para a necessidade de uma nova forma de refletir e pensar as práticas formativas do cidadão na era da chamada sociedade da informação.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. **Educação e Sociedade**. Lisboa: Sampedro, 1973.

BRIGGS, A., & BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

DARNTON, R. **História da Leitura**. In P. Burke, *A escrita da História - Novas perspectivas* (p. 199 a 236). São Paulo: Editora UNESP, 1992.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez Editora e Editora Autores Associados, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1966.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFF, J. L. **Memória e História**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

GONTIJO, S. **O Livro de ouro da comunicação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

LAGO, C., & BENETTI, M. **Metodologia e pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITE, M. H., GIOIELLI, R. P., MATHIAS, J. R., & SOUSA, M. W. **Mediações sociais e práticas escolares**. In M. W. Sousa, *Recepção mediática e espaço público* (p. 246). São Paulo: Paulinas, 2006.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MENDONÇA, M. L. **Comunicação e cultura: um novo olhar**. In M. W. Sousa, *Recepção mediática e espaço público: novos olhares* (p. 27-38). São Paulo: Paulinas, 2006.

MINAYO, M. C., DESLANDES, S. F., & GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.



NETO, A. F. **A deflagração do sentido. Estratégia de produção e de captura da recepção.** In M. Wilton. (Org.), *Sujeito, o lado oculto do receptor* (p. 202). São Paulo: Brasiliense, 1995.

PATRÍCIO, M. **Teoria da Educação.** Évora: Universidade de Évora, 1983.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos.** São Paulo: Hacker Editores, 2002.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2010.